



MOÇÃO: Quando Tudo Falha, a Freguesia Não Falha:

Modernizar a Proteção Civil Local”

Proteger as Pessoas, Reforçar as Freguesias, Capacitar os Autarcas

As freguesias afirmam-se como o nível autárquico de maior proximidade às populações. A crescente recorrência de eventos de proteção civil e socorro, a intensificação dos fenómenos adversos e a simultaneidade com que ocorrem, têm colocado as freguesias, muitas vezes, como **a primeira e única estrutura de resposta** em cenários de emergência, catástrofe ou calamidade, como têm provado os fogos rurais e florestais.

A evolução da sociedade e a transformação dos padrões de risco — cada vez mais complexos, interdependentes e multidimensionais, abrangendo domínios climáticos, ambientais, tecnológicos e sociais — exigem uma **capacitação reforçada dos autarcas**, bem como uma reorganização das capacidades locais, assente no fortalecimento da prevenção, da preparação e da resposta.

As freguesias e os seus autarcas detêm o conhecimento mais aprofundado do território, das suas vulnerabilidades e dos meios disponíveis, o que torna **insubstituível** o papel das estruturas de freguesia — em especial dos Presidentes de Junta — na proteção das populações, na gestão do risco e na coordenação da resposta operacional.

Se, ao nível municipal, têm sido dados passos firmes no robustecimento do sistema, importa que as freguesias possam igualmente desenvolver um percurso próprio de **redução do risco e aumento da resiliência comunitária e territorial**, através de:

- **Elaboração de Planos Locais de Gestão de Risco**, com atualização anual.
- **Mapeamento sistemático das vulnerabilidades** da freguesia (isolamento, incêndio, cheias, infraestruturas críticas, população idosa).
- **Implementação de programas de sensibilização comunitária**, dirigidos a escolas, associações, cuidadores informais e outros agentes locais.
- **Envolvimento ativo da população**, mediante a criação de Unidades Locais de Proteção Civil, Comitês de Proteção Civil, programas de voluntariado e mecanismos de participação comunitária.
- **Instalação de Pontos de Resiliência Comunitária**, preparados para acolhimento, informação e apoio em situações de emergência.



Este caminho deve ser construído com **respeito pela autonomia de cada freguesia e de cada órgão**, sem imposições, mas com capacidade efetiva de atuação e com reforço de verba para esta área fundamental no serviço público.

Os autarcas de freguesia — e, em particular, os Presidentes de Junta — desempenham um papel determinante na preparação, resposta e gestão de crises, muitas vezes em contexto de isolamento com as suas comunidades. Por isso, a **capacitação técnica em proteção civil** deve ser considerada uma prioridade, garantindo-se o acesso a ações formativas que integrem, entre outras, as seguintes áreas: Planeamento e Gestão Estratégica em Proteção Civil Local, Avaliação de Riscos Locais e Implementação de Medidas de Mitigação, Liderança e Coordenação em Situações de Emergência, Comunicação de Risco e Mobilização Comunitária Inovação e Tecnologia aplicadas à Proteção Civil.

Assim, propõe-se:

- A criação na ANAFRE de um **plano formativo estruturado** na área da proteção civil dirigido aos autarcas de freguesia.
- O reforço da articulação entre a ANAFRE e as instituições de ensino superior, promovendo **ofertas formativas mais acessíveis e tecnicamente qualificadas**.
- A criação, no seio da ANAFRE, de um **Observatório de Proteção Civil**, responsável por compilar, analisar e divulgar informação objetiva, fiável e comparável, assegurando a atualização permanente das freguesias e a disseminação de boas práticas.

A proteção civil contemporânea exige **estruturas de proximidade dotadas de autoridade, meios e capacidade técnica**. O reforço dos meios financeiros ao dispor das Freguesias e o robustecimento das competências dos seus Presidentes não representa apenas uma melhoria administrativa: constitui uma **necessidade estratégica** para a resiliência territorial, a segurança das populações e a eficácia do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

O fortalecimento do papel dos Presidentes de Junta na proteção civil é, portanto, uma prioridade para a modernização do Estado de proximidade e para a construção de comunidades mais seguras e resilientes.

Porque, nas situações de calamidade, de catástrofe e quando tudo falha... **são as freguesias o único Estado que não falha.**

Carla Longo
Presidente da Junta de Freguesia de Pombal